

*SCIENTIA ANTIQUITATIS*



*SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA*  
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

## INDÍCE

O IV <sup>o</sup> CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco .....	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa .....	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira .....	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira .....	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe .....	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia .....	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco .....	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro .....	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco .....	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado .....	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares .....	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve .....	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira .....	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro .....	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos .....	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro .....	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco .....	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos .....	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço .....	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M <sup>a</sup> de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios .....	491

## **Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA**

Filipa Neto <sup>1</sup>  
Catarina Costeira <sup>2</sup>

*“(...) só se protege aquilo de que se gosta e só se gosta daquilo que se conhece. Por isso, o primeiro passo é conhecer”  
(Barbosa, 1998)*

### **Resumo**

No âmbito da modernização da administração pública, a Direção-Geral do Património Cultural desenvolveu o projeto Arqueosia com vista à otimização das ferramentas digitais utilizadas nos serviços de gestão e salvaguarda do património arqueológico e elaboração de novos conteúdos, permitindo uma maior aproximação e interação entre os cidadãos e este património.

Uma das vertentes deste projeto consiste na criação de uma interface no Portal do Arqueólogo vocacionada para o cidadão, na qual se disponibiliza informação sobre sítios arqueológicos visitáveis e com conteúdos em inglês. Esta nova área de pesquisas pretende disponibilizar informação de qualidade e promover o trabalho de entidades culturais que já se encontram no terreno, sendo mais uma ferramenta de dinamização turístico-cultural que estimula a interação das pessoas com o seu legado cultural.

Esta nova abordagem de divulgação do património pretende incentivar o cidadão a desempenhar um papel mais ativo na proteção do património arqueológico, seguindo as recomendações das políticas da Comissão Europeia e do Conselho da Europa, que promovem uma governança participativa e um novo paradigma para a sua salvaguarda.

---

<sup>1</sup> Arqueóloga, coordenadora do projeto Arqueosia, fneto@dgpc.pt

<sup>2</sup> Arqueóloga, colaboradora no projeto Arqueosia, catarinacosteira@dgpc.pt

**Palavras-chave:** Património Arqueológico, Sítios arqueológicos visitáveis, Divulgação, Modernização.

### **Abstract**

The Arqueosia project intends to optimize the digital tools used for management and safeguarding of archaeological heritage by General-Directorate of Cultural Heritage, with an intent to dematerialization of documents, improve processes analysis and data sharing between the different levels of public administration.

The project also includes the development of an interface in the Archaeologist's Portal dedicated to the citizen, which provides information about archaeological sites that can be visited. Looking for its internationalization, the contents are also available in English language. This new websearch area aims to provide quality information and promote the work of local cultural agents, working as another dynamic tool for cultural-tourism and stimulate people interaction with their cultural legacy. This new approach to dissemination of heritage will allow the discovery of the archaeological heritage by citizens, contributing to reinforce a more active participation in the protection and valorization of this heritage. It follows the recommendations of the European Commission and the Council of Europe on good practices to safeguarding and enjoying cultural heritage based on participatory governance.

**Keywords:** Archaeological heritage, Archaeological visitable sites, Dissemination, Digital tools.

## **1. O projecto Arqueosia: Apresentação e Antecedentes**

O projeto Arqueosia – Modernização dos Serviços Digitais de Arqueologia, financiado pelo SAMA 2020, e considerado pelo Ministério da Cultura como uma Medida Simplex+ 2018 e 2019, foi desenvolvido

pela área de inventário do Departamento de Bens Culturais da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) em parceria com as quatro Direções Regionais de Cultura (DRC) de Portugal Continental, entre Agosto de 2017 e Abril de 2019. Os principais objetivos deste projeto consistiam na optimização das ferramentas digitais utilizadas nos serviços de gestão e salvaguarda do património arqueológico da DGPC e na criação de novos conteúdos, que permitissem uma maior aproximação e interação entre os cidadãos e este património.

O progresso da atividade arqueológica nas últimas décadas contribuiu para um aumento exponencial de informação sobre património arqueológico e uma diversificação dos agentes envolvidos. Face a estas transformações, tem-se operado mudanças significativas nos regulamentos e procedimentos por parte da Tutela, permitindo uma maior flexibilização e adaptação dos modelos de gestão de salvaguarda arqueológica (Sousa, 2013). Assim, o projeto Arqueosia insere-se num processo mais vasto de modernização dos serviços de arqueologia, cujo início remonta à década de noventa do século XX, com a informatização, digitalização e operacionalização do inventário nacional de arqueologia (AA.VV, 2002; Bugalhão e Lucena, 2006) e se desenvolveu com a criação do Portal do Arqueólogo em 2012 (Gomes, *et al.*, 2012; Neto, 2015). Embora se tenha constituído como um processo lento e paulatino, os avanços tecnológicos operados têm permitido uma significativa melhoria no acesso à informação sobre património arqueológico, sobretudo a profissionais da área da arqueologia, património e cultura.

O projeto Arqueosia ao otimizar os mecanismos de inventariação e atualização da base de dados do património arqueológico, garantindo a sua divulgação alargada, permite o conhecimento e sensibilização dos cidadãos acerca do seu legado cultural e uma maior eficácia na gestão e proteção deste património.

## **2. O Portal do Arqueólogo – Novas funcionalidades**

O Portal do Arqueólogo é uma plataforma digital dedicada à gestão da atividade arqueológica e à divulgação do património arqueológico. A criação deste Portal, em 2012, visa melhorar a relação entre a tutela (administração central e regional) e os profissionais de arqueologia (arqueólogos / empresas), respondendo às exigências de uma atividade profissional cada vez mais intensa e complexa a nível nacional (Bugalhão, 2009; Costa, et al., 2014), aos desafios impostos pelas sucessivas reestruturações administrativas e a algumas orientações contidas na Convenção de Faro (2005) e nas directivas base da União Europeia para o património cultural (Neto, 2015; Neto, et al.; 2007; Gomes, et al., 2012).

O Portal do Arqueólogo tem distintos níveis de acesso à informação:

- Acesso ao público em geral para pesquisa de património arqueológico.
- Acesso a profissionais habilitados a dirigir trabalhos arqueológicos (possibilidade de submissão de documentação técnica e administrativa) e outros profissionais que necessitem de informações mais detalhadas para o seu desempenho profissional.
- Acesso a entidades enquadrantes e contratantes de trabalhos arqueológicos científicos e profissionais para consulta.

Com excepção do primeiro nível de acesso, todos os outros necessitam de registo no Portal para a obtenção de credenciais.

Na sua primeira fase, o Portal do Arqueólogo permitiu o acesso a dados administrativos sobre os trabalhos e projectos arqueológicos e a informação técnico-científica sobre vestígios e sítios arqueológicos inventariados no Endovélico – Sistema de Informação e Gestão Arqueológica (AA.VV, 2002; Bugalhão e Lucena, 2006; Neto, 2015), bem como uma maior eficácia na gestão arqueológica e na interacção

entre os profissionais e a tutela, contribuindo para o início da desmaterialização dos procedimentos burocráticos (figura 1).



Figura 1. Primeira versão do Portal do Arqueólogo (2012 – 2019).

A informação sobre vestígios e sítios arqueológicos disponibilizada no Portal tem origem nos documentos técnicos existentes nos processos do Arquivo da Arqueologia Portuguesa (com início nas décadas de 40 / 50 do século XX) e na bibliografia especializada, sendo diariamente actualizada pela equipa do Inventário. Atualmente, o Portal do Arqueólogo contém mais de 34.500 registos, 80% dos quais georreferenciados, o que coloca grandes desafios à gestão e actualização desta informação.

Não obstante o carácter inovador e vanguardista desta ferramenta digital, registavam-se algumas limitações nos e-serviços disponibilizados e principalmente na relação e forma de comunicação com o público não profissional.

Assim, com a implementação do projeto Arqueosia pretendeu-se superar algumas destas fragilidades, estabelecendo mecanismos mais eficazes de partilha de informação entre técnicos e profissionais e diversificando os públicos-alvo, com a criação de conteúdos mais apelativos e atualizados.

Uma das principais inovações realizadas no âmbito deste projecto consistiu na alteração da imagem gráfica do Portal do Arqueólogo (figura 2), tornando-a mais apelativa e de navegação mais intuitiva, quer para os utilizadores especializados, quer para o público em geral.

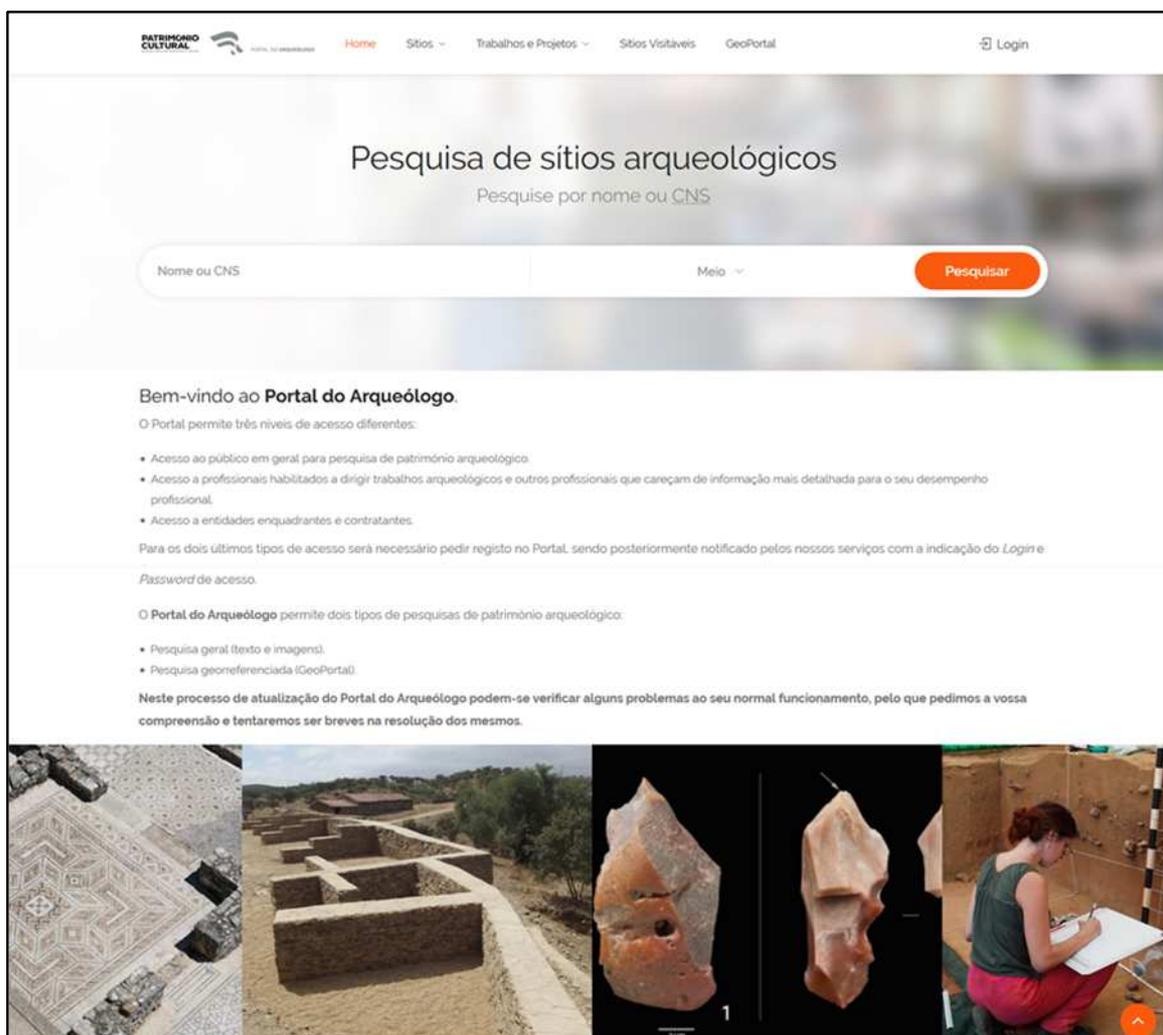


Figura 2. Nova imagem gráfica do Portal do Arqueólogo (2019).

Com a nova versão do Portal foi possível ampliar a sua conectividade e acesso, disponibilizando-se uma aplicação para dispositivos móveis, estando em desenvolvimento o registo através da autenticação com o cartão de cidadão. A nova versão permite ainda aos profissionais submeterem e re-submeterem, de forma mais eficiente, documentação técnica e administrativa, bem como amplia as opções de edição e pesquisa na intranet, nos seus perfis pessoais.

No que se refere aos conteúdos informativos disponibilizados, registam-se alterações na estrutura e informação de alguns campos, nomeadamente na tipologia, períodos e descrição dos sítios arqueológicos, no sentido de uma maior normalização. No caso do campo *Tipo de Sítio* considerou-se pertinente desdobrá-lo em dois: *Tipo Principal* e *Outros Tipos* para uma classificação mais rigorosa e uma ampliação das possibilidades de pesquisa. Foi também considerado importante rever e definir o glossário dos tipos de sítios, para que esta informação se tornasse mais consistente e replicável.

Procedeu-se ainda à atualização completa da informação das fichas dos sítios arqueológicos selecionados para serem incluídos na área de *Sítios Visitáveis*. Na descrição dos sítios arqueológicos a informação foi organizada em cinco partes (enquadramento geográfico e características de implantação, breve referência aos trabalhos / projetos arqueológicos e principais intervenientes, faseamento cronológico da ocupação do sítio, descrição das principais estruturas e contextos por fase de ocupação e contextualização do sítio no seu território, estabelecendo relações com sítios próximos, caso se justifique), mas salvaguardando sempre a especificidade de cada sítio e a diversidade de informação disponível. Estas alterações, bem como a actualização das referências bibliográficas pretendem melhorar a informação disponível para profissionais de arqueologia, estudantes e para o público em geral. Contudo, face ao colossal número de registos na base de dados e consequentemente no Portal do Arqueólogo, a actualização da globalidade destes campos excede o período de execução deste projecto, sendo a sua atualização realizada posteriormente pelo Inventário de Arqueologia e mantida na DGPC.

Na informação sobre os sítios e ocorrências arqueológicas, as imagens constituem o elemento mais frágil, uma vez que apenas estão disponíveis para um número muito reduzido de registos (cerca de 7500), situação que se pretende a médio prazo colmatar. A

optimização destes dados ficará para o desenvolvimento de outros projetos no futuro.

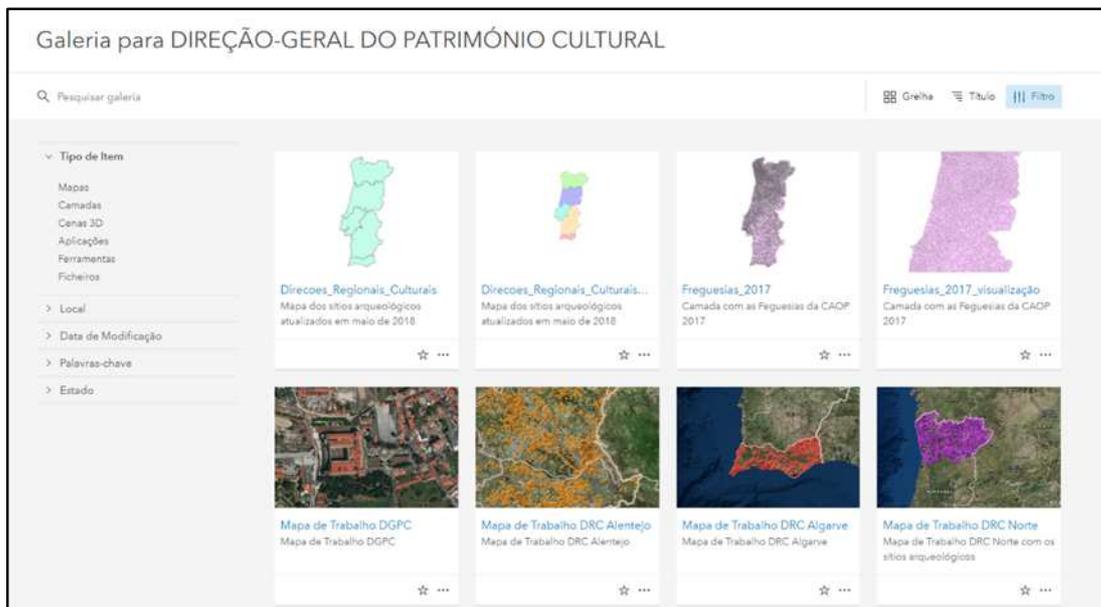


Figura 3. Galeria de Mapas da plataforma colaborativa DGPC / DRC no ArcGIS online.

A georreferenciação das ocorrências e sítios arqueológicos foi uma das questões mais trabalhadas neste projecto, não só na perspectiva da melhoria no acesso e divulgação dos dados, mas também na sua produção e actualização. Foi criada uma plataforma colaborativa para a actualização de informação geográfica entre a DGPC e as DRC, melhorando a análise e decisão dos processos. Com base na tecnologia ESRI- ArcGIS Online, esta plataforma permite a partilha de conteúdos, mapas, ideias e projetos de forma organizada entre as diversas instituições e a publicação de conjuntos e serviços de dados de acordo com a diretiva INSPIRE (figuras 3 e 4). A arquitectura desta plataforma procurou normalizar procedimentos de trabalho e de publicação de dados geográficos, com o intuito de solucionar os problemas recorrentemente detetados na localização de sítios arqueológicos.

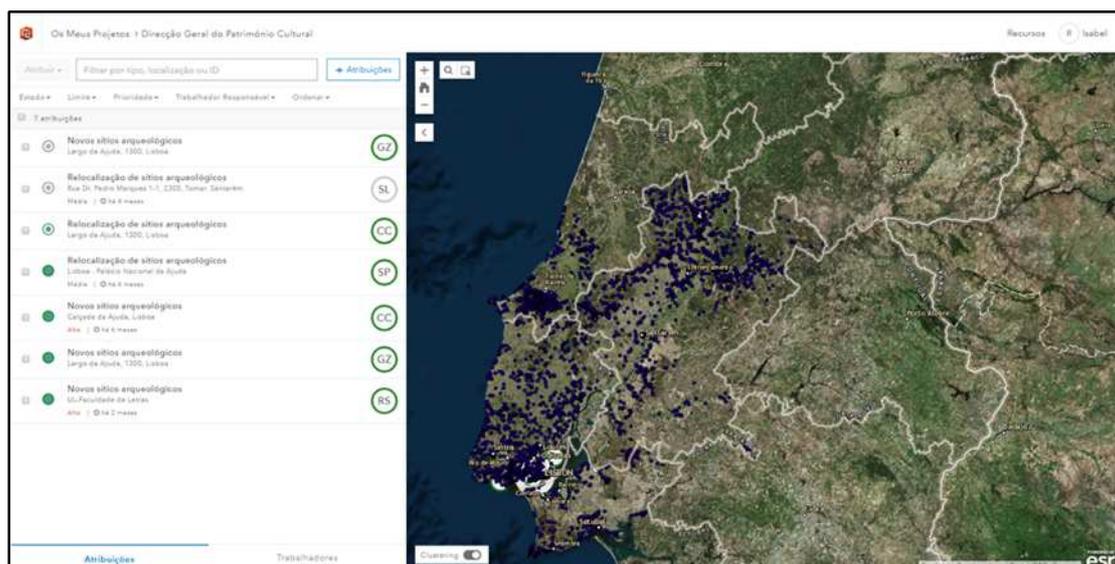


Figura 4. Mapa de Trabalho da Direção Geral do Património Cultural no ArcGis online.

Espera-se que as inovações neste tema conseguidas com o projeto Arqueosia, possam ser desenvolvidas no futuro e que incentivem um sério debate entre a tutela e os profissionais sobre a apresentação e sistematização dos dados geográficos dos sítios arqueológicos.

Na nova versão do Portal do Arqueólogo, toda esta informação geográfica é disponibilizada no Geoportal (figura 5), permitindo a pesquisa georreferenciada de sítios arqueológicos de forma mais intuitiva, rápida e aberta a todos os utilizadores.

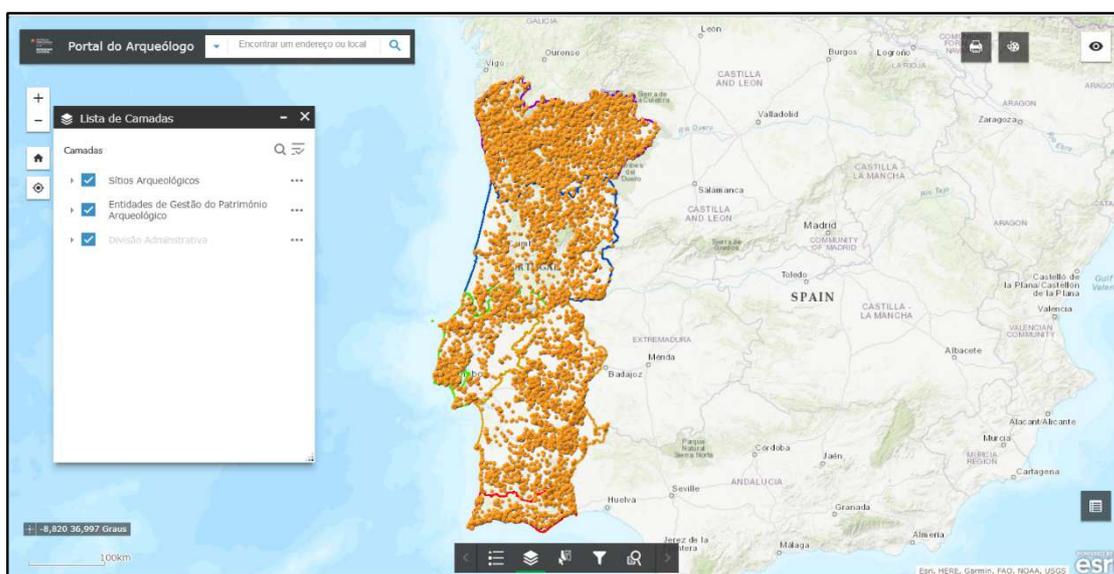


Figura 5: Mapa disponível no Geoportal.

### 3. A nova área vocacionada para o Cidadão – Sítios Visitáveis

A vertente mais inovadora do projeto Arqueosia consistiu no desenvolvimento de uma nova área no Portal do Arqueólogo, vocacionada para o cidadão. Nesta área, designada por Sítios Visitáveis, disponibiliza-se informação sobre sítios arqueológicos com condições de acesso e de visita, localizados em Portugal continental, contribuindo para uma maior aproximação dos cidadãos ao património arqueológico e promovendo uma participação mais ativa na sua proteção e valorização.

Deste modo, este projeto pretende colmatar uma das maiores fragilidades da arqueologia portuguesa (Valera, 2008; Costa, et al., 2014; Sousa, 2016; Marques e Neto, 2017), promovendo a disseminação do conhecimento arqueológico para a comunidade a nível local e nacional, e tornando-o acessível ao público internacional através da disponibilização de conteúdos em língua inglesa.



Figura 6. Mesas do Castelinho, Almodôvar, Portugal (©Samuel Melro).

O espaço *Sítios Visitáveis* apresenta conteúdos semelhantes ao separador dos sítios (designação, CNS, período cronológico, informação administrativa, descrição, meio, acesso, espólio, depositário, classificação e conservação), a que se somam conteúdos novos como tipo de visita, informações, horário, contactos úteis, websites de divulgação, documentos, notas e informação sobre rotas culturais / turísticas relacionadas. A informação disponibilizada sobre os sítios é baseada em trabalhos arqueológicos realizados por profissionais e investigadores, logo cientificamente validada, procurando-se adaptar a terminologia técnico-científica a uma linguagem mais acessível e - em inglês. No preenchimento dos conteúdos associados às condições de visita utilizou-se informação disponibilizada em publicações e websites de várias entidades como câmaras municipais, juntas de freguesia, serviços de turismo, empresas e associações de arqueologia e património, entre outras. Assim, este novo espaço virtual pretende funcionar como um agregador de informação sobre sítios arqueológicos com condições de acesso, podendo no futuro disponibilizar propostas de percursos ou rotas temáticas.

Na seleção dos sítios arqueológicos visitáveis definiram-se, com base na bibliografia (Mascarenhas, et al, 1986; Matos, 2008; Real e Branco, 2009; Raposo, 2016), critérios semelhantes para todas as regiões de Portugal continental (tabela 1), procurando-se colmatar a assimetria da informação disponibilizada e consolidar um motor de pesquisas de âmbito nacional. Deste modo pretende-se contribuir para a promoção de visitas e percursos turístico-culturais alternativos, privilegiando a qualidade e autenticidade.

<b>Critério</b>	<b>Definição</b>
<b>1-Estado de Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado de Conservação das estruturas.</li> </ul>
<b>2-Condições de acesso / Acessibilidade no sítio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítios com acessos bem planeados e seguros às estruturas ou vestígios.</li> <li>• Diversidade de acessos (veículos, pedestres, mobilidade reduzida).</li> <li>• Sinalização.</li> <li>• Sítios integrados em percursos pedestres homologados, uma vez que já reúnem condições de acesso favoráveis.</li> </ul>
<b>3-Informação sobre o sítio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fontes documentais de valor científico.</li> <li>• Documentação impressa ou digital que forneça informação acessível e legível ao público em geral, seja do ponto de vista turístico e ou cultural.</li> <li>• Painéis informativos.</li> <li>• Fontes orais.</li> </ul>
<b>4-Importância do sítio arqueológico pelo seu valor cultural e patrimonial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Significado histórico-cultural (associação do sítio a acontecimentos históricos destacados e / ou na herança cultural da região – importância para a construção da memória).</li> <li>• Raridade.</li> <li>• Tipicidade.</li> <li>• Valor estético e simbólico.</li> <li>• Dimensão / monumentalidade.</li> <li>• Proteção legal.</li> </ul>
<b>5-Inserção paisagística (qualidade da inserção do sítio na paisagem envolvente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítio enquadrado e em simbiose com a paisagem envolvente.</li> <li>• Sítio com a paisagem antropizada e espaço cénico envolvente transformado.</li> <li>• Sítio totalmente descaracterizado na paisagem envolvente.</li> </ul>
<b>6-Existência de Estrutura de Apoio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítios que se encontrem musealizados, associados a centros interpretativos e/ou incluídos em conteúdos museológicos mais abrangentes. Infra-estruturas adequadas que garantam o acesso público informado.</li> <li>• Sítios com visitas guiadas organizadas por marcação ou em determinadas fases do ano.</li> </ul>

Tabela 1. Critérios de seleção dos sítios arqueológicos a incluir no espaço dos Sítios Visitáveis do Portal do Arqueólogo

A disponibilização digital da informação sobre sítios arqueológicos pode ampliar a quantidade de sítios visitáveis e incentivar a visita a regiões mais isoladas e com menos oferta turística, dispensando a “informação analógica no local”. De facto, o acesso a informação digital pode auxiliar a preservação do sítio e das suas estruturas mais vulneráveis, uma vez que mesmo que algumas destas estejam tapadas, os contextos tornam-se inteligíveis. Podendo igualmente incentivar o desfrutar da paisagem / do local na sua

vertente patrimonial e ambiental, mesmo que nem todos os elementos estejam monumentalizados e visíveis.

Espera-se que esta área de pesquisas seja permanentemente actualizada, acompanhando as intervenções de valorização em sítios arqueológicos.

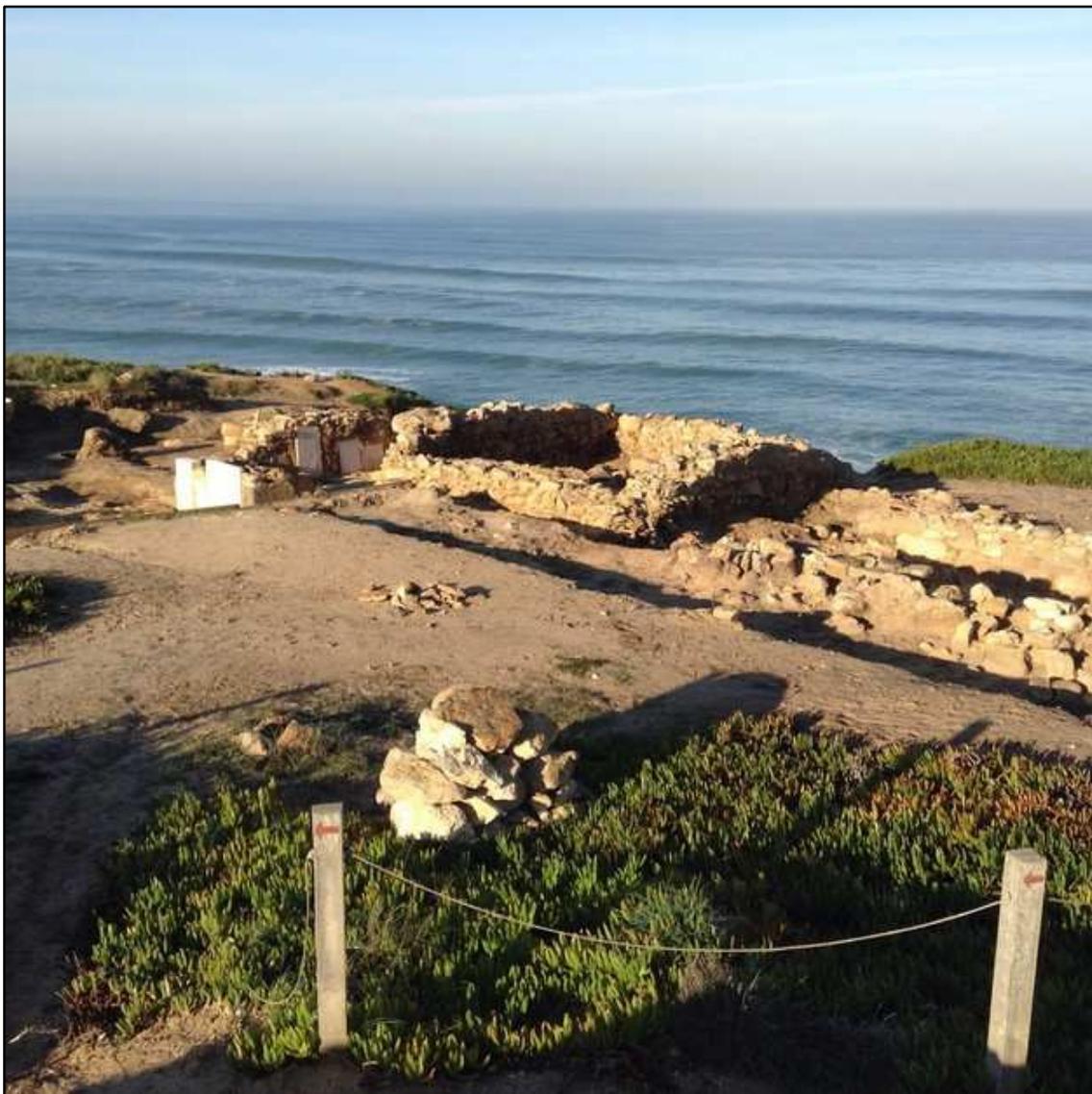


Figura 7. Alto da Vigia, Sintra, Portugal (©Ana Vale).

Para incentivar a utilização do Portal do Arqueólogo, em especial pelos cidadãos, foi disponibilizada uma APP para dispositivos móveis (IOS, Android e Windows), de acesso gratuito, que possibilita a obtenção por parte do viajante / visitante de toda a informação em tempo real. Esta ferramenta inovadora permitirá a desmaterialização da informação sobre os sítios visitáveis, tornando o património

arqueológico um conteúdo do quotidiano, aberto a toda a comunidade. Os utilizadores poderão construir os seus perfis de visita, de acordo com os seus interesses e capacidades, bem como interagir através das redes sociais.

Em suma, o projeto Arqueosia, através do reforço da utilização das tecnologias digitais, procurou melhorar a transmissão da informação arqueológica e incentivar a sua partilha por públicos diversificados, sem olvidar a materialidade que caracteriza a arqueologia e o seu património.



Figura 8. Castelo dos Mouros, Sintra, Portugal (©Sofia Pereira).

A melhoria do acesso à informação sobre o património arqueológico contribui para o desenvolvimento de uma maior consciencialização da necessidade da sua preservação e valorização ao reforçar o papel do património arqueológico para as sociedades. Assim, o património arqueológico torna-se um recurso fundamental para o

desenvolvimento sócio-económico e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

No seio do desenvolvimento do Arqueosia está o conceito da humanização do património arqueológico, e o seu potencial como “valor primordial ou valor-fonte dos demais valores” (Oliveira Martins, 2016), seguindo os princípios promovidos pelo Conselho da Europa na Convenção Quadro sobre o valor do Património Cultural na Sociedade Contemporânea, assinada a 27 de outubro de 2005 (Conselho da Europa, 2005) e a Estratégia para o Património Cultural Europeu para o século XXI (Conselho da Europa, 2017). Estes importantes documentos jurídicos e políticos reconhecem “...*que cada pessoa no respeito dos direitos e liberdades de outrem, tem o direito de se envolver com o património cultural da sua escolha...*” e reforçam a importância da participação ativa dos cidadãos na interpretação do património e nos processos de salvaguarda e valorização dos bens culturais.



Figura 9: Cabeço do Pé da Erra, Coruche, Portugal (©Ana Catarina Sousa).

Assim, conhecer e entender o património arqueológico, não significa apenas recuperar as nossas raízes históricas e defender o testemunho deixado pelos nossos antepassados. Significa sobretudo percorrer, aceitar e compreender os nossos processos construtivos internos, sejam eles individuais, sociais ou nacionais, e olhar para o outro através do diálogo e do respeito pela diversidade. Recuperar as nossas memórias e identidades, através da vivência com a arqueologia, permite potenciar práticas de cidadania responsável, assentes no respeito pelos direitos humanos e estimular o pensamento reflexivo, crítico, sobretudo se sedimentado nos hábitos culturais desde as idades mais jovens. Participar ativamente na defesa, valorização e fruição do património arqueológico, é assim cooperar de forma consciente e criativa na construção da sociedade que queremos para o futuro.

### **Bibliografia**

- AA.VV (2002) - Endovélico – Sistemas de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 5:1, 277 – 283.
- BARBOSA, P. (1998) – *Preservação e memória*. In *Portugal local e regional: subsídios para um trabalho transdisciplinar*. Lisboa: Ministério da Educação, 24.
- BUGALHÃO, J. (2009) - A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas em Portugal. *Arqueologia e Historia*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 60-61, Lisbon, 19 – 43.
- BUGALHÃO, J.; LUCENA, A. (2006) - As Novas Tecnologias como Instrumento de Gestão e de Divulgação do Património: o exemplo do Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património*. Actas, Baião: Câmara Municipal, 175 – 192
- COELHO, M. (2016) – The General Directorate of Cultural Heritage’s competencies in the contexto of safeguarding and promoting the Portuguese archaeological heritage. In FLORJANOWICZ, P. (ed.) –

When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21 st century. *EAC Occasional Paper*, N. 11, 89 – 94.

CONSELHO DA EUROPA (2005) - *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* [Consultado a 17.01.2019 em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680083746>].

CONSELHO DA EUROPA (2017) - *Recommendation of the Committee of Ministers to member States on the European Cultural Heritage Strategy for the 21st century* (CM/Rec(2017)1) [Consultado a 17.01.2019 em <https://rm.coe.int/european-heritage-strategy-for-the-21st-century-strategy-21-full-text/16808ae270>].

COSTA, C.; DUARTE, C.; TERESO, J.; VIEGAS, C.; LAGO, M.; GRILO, C.; RAPOSO, J.; DINIZ, M.; LIMA, A. (2014) - *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012 – 2014*. APA.

DINIZ, M.; NEVES, C; MARTINS, A; CARVALHO, D.; ARNAUD, J. (2016) - Papéis, funções e disfunções do património arqueológico: o caso de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Arqueologia e História*. Lisboa, 68, 170 – 180.

DRIES, M. (2015) – From Malta to Faro, how far have we come? Some facts and figures on public engagement in the archaeological heritage sector in Europe. In SCHUT, A.; SCHARFF, D.; WIT, L. (eds.) – *Setting the Agenda: Giving New Meaning to the European Archaeological heritage*. *EAC Occasional Paper*, 10, 45 – 55.

GOMES, A; LEITE, S; NETO, F; OLIVEIRA, C; BRAGANÇA, F. (2012) – Inventariação e gestão do património imóvel na Direção-Geral do Património Cultural. *Doco 2012 Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano*. 5, n. 10, 3 – 8.

HARDING, A. (2007) – Communication in Archaeology. *European Journal of Archaeology*. 10 (2 – 3), 119 – 133.

HOLTORF, C. (2007) – Can you hear me at the back? Archaeology, communication and society. *European Journal of Archaeology*. 10 (2 – 3), 149 – 165.

- MARTÍN, M. (2001) - Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad Reflexiones críticas sobre la Interpretación del Patrimonio. *Património e Estudos*. Lisboa, 1, 25 – 37.
- MARTINS, G. (2016) – *Património, Herança e Memória in Participação: Partilhando a Responsabilidade*. (ed.) Ana Carvalho, Acesso Cultura, Associação Cultural, 18-28.
- MARQUES, J.; NETO, F. (2017) – Steps towards public engagement with archaeological heritage – some Portuguese examples. In DEGRAEVE, A. (ed.) – Dare to choose. Making choices in archaeological heritage management. *EAC Occasional Paper*. 13, 83 – 88.
- MASCARENHAS, J. M; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1986) – O património histórico-arqueológico e os estudos de impacte ambiental: proposta de metodologia para a avaliação do impacte de barragens. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora: [s.n.]. 1, 7-16.
- MATOS, O. (2008) – Valorização de Sítios Arqueológicos. *Praxis Archaeologica*. 3. Almada.
- MIRANDA, M. (2009): Viajar no Tempo através do Património histórico e arqueológico do Concelho de Mafra. *Revista Pedra e Cal*. Anuário da Conservação do Património.
- MORAIS, L. (2010) – Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local. *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto, 1 – 14.
- NETO, F. (2015) - Struggle for pleasure: o Portal do Arqueólogo. *Revista Património*. 3, Lisboa: DGPC, 56 – 59.
- NETO, F; CALDEIRA, N; GOMES, A; BRAGANÇA, F. (2007) – Sistemas de Informação e Gestão Arqueológica: Endovélico e SIG. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 117-124.
- PALUDAN – MÜLLER, C. (2013) – Caring About the Past Requires Care for the Present. In LAGERLÖF, A. (ed.) – Who Cares? Perspectives on

Public Awareness, Participation and Protection in Archaeological Heritage Management. *EAC Occasional Papers*, 8, p. 87 – 92.

PARREIRA, R. (2007) – Una ruta por sitios arqueológicos del extremo Sur de Portugal. *In mus- A. Museos locales, naturaleza y perspectivas*, 8, 111 – 116.

RAPOSO, J. (2001) – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. *Al-madan*. 10, série II, 100 – 157.

RAPOSO, J. (2016) – Sítios arqueológicos portugueses revisitados. *Al-madan*. 20, série II, 70 – 196.

REAL, F; BRANCO, G. (2009) – Critérios para quantificar o valor do património arqueológico. *Praxis Archaeologica*. 4, 15 – 19.

RICHARDSON, L. (2013) – *A digital public archaeology? Papers from the Institute of Archaeology*. 23 (1): 10, 1 – 12.

RODERS, A. P.; OERS, Ron (2011) – Editorial: bridging cultural heritage and sustainable development. *Journal of Cultural Heritage*.

SOUSA, A. C. (2013) - A revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia portuguesa no século 21: uma breve reflexão. *Revista Património*. Lisboa, 1, 36 –42.

SOUSA, A. C. (2016) – Challenges and opportunities for disseminating archaeology in Portugal: diferente escenarios, diferente problems. In FLORJANOWICZ, P. (ed.) – When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21 st century. *EAC Occasional Paper*, N. 11, 137 – 156.

SKYLLBERG, E. (2017) – Na Urgent but Difficult Task: Communicating Archaeological Results to the General Public. DEGRAEVE, A. (ed.) – Dare to choose. Making choices in archaeological heritage management. *EAC Occasional Paper*. 13, 89 – 91.

VALERA, A. (2008) – A divulgação do conhecimento em arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. *Praxis Archaeologica*. 3, 9 – 23.

Websites: <http://arqueologia.patrimoniocultural>.